

EDUCAÇÃO E ESCOLA: REFLETINDO SOBRE SEUS SENTIDOS E FINALIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

EDUCATION AND SCHOOL: REFLECTING ON THEIR MEANINGS AND PURPOSES IN CONTEMPORARY

CASTRO, Hortencia Matias de.

BRITO E SILVA, Janaína Walkíria.

MIRANDA, Made Júnior.

CARDOSO, Taynara Reges.

Resumo: Este artigo se propõe a refletir sobre o contrassenso educacional contemporâneo, que adota e insere, de forma irracional e ideológica, a concepção empresarial na conjuntura educacional brasileira. Para tanto, a discussão toma como ponto de partida um retorno teórico aos princípios gregos e ao ideal de Educação por eles inaugurado, a *paideía*, como forma de contrastar com o que se tem hoje instituído. Tal esforço intelectual se demonstra necessário, uma vez que a sociedade contemporânea tem se orientado por outros ideais. Sobretudo após a ascensão e consolidação do capitalismo, no início da modernidade, houve um rompimento com a concepção clássica de conhecimento e formação do homem, de modo que a primazia pela dimensão humana de outrora cedeu lugar à instrumentalização do pensamento. Com efeito, essa nova orientação foi acarretadora de mudanças na maneira de se viver, bem como de conceber Educação e escola, já que ambas passaram a se alinhar aos interesses econômicos e técnicos. Contudo, no tempo presente, em que a pandemia da COVID-19 está em curso, este movimento de transformações tem se firmado e se reproduzido de forma ainda mais ampla, mobilizando profundas alterações nos sentidos da Educação e, conseqüentemente, da escola. A partir das reflexões ocasionadas por este estudo foi possível apreender que as finalidades da escola, antes residindo na noção de *paideía* e, portanto, comprometida com a formação e emancipação humana, ganha nova roupagem, na contemporaneidade, transformando-se e se invertendo, uma vez que tende a se alinhar com a racionalidade técnica e econômica que rege o mundo moderno.

Palavras-chave: *Paideía*. Educação. Escola. Neoliberalismo. Educação Empresarial.

Abstract: This essay proposes to reflect on the contemporary educational nonsense, which adopts and inserts, in an irrational and ideological way, the business concept in the Brazilian educational context. For that, the discussion takes as a starting point a theoretical return to the Greek principles and to the ideal of Education inaugurated by them, the *paideia*, as a way of contrasting with what has been instituted today. Such an intellectual effort proves to be necessary, since contemporary society has been guided by other ideals. Especially after the rise and consolidation of capitalism, at the beginning of modernity, there was a break with the classical conception of knowledge and formation of man, so that the primacy of the human dimension of yore gave way to the instrumentalization of thought. In effect, this new orientation brought about changes in the way of living, as well as in conceiving Education and school, since both began to align with economic and technical interests. However, in the present time, when the COVID-19 pandemic is underway, this movement of transformations has

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

been established and reproduced even more widely, mobilizing profound changes in the meanings of Education and, consequently, of the school. From the reflections caused by this study, it was possible to apprehend that the purposes of the school, previously residing in the notion of *paideia* and, therefore, committed to human formation and emancipation, takes on a new guise, in contemporary times, transforming and inverting itself, a since it tends to align itself with the technical and economic rationality that governs the modern world.

Keywords: *Paideia*. Education. School. Neoliberalism. Business Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe refletir sobre o contrassenso educacional contemporâneo que, ao negar o sentido e as finalidades fundantes da Educação¹, isto é, a garantia de uma formação humana emancipatória, adota e insere, de forma irracional e ideológica, a concepção empresarial no pensamento e nas políticas educacionais brasileiras, conduta que não contribui ou tampouco permite a emancipação dos sujeitos. Para tanto, num primeiro momento, faz-se necessário realizar um recuo na história como forma possível de refletir sobre o entendimento grego de Educação e escola. Posteriormente, compreender como a lógica neoliberal fomenta as contradições da sociedade burguesa e, por fim, entender como a teoria do capital humano se relaciona com o desvio e a mutação das finalidades e sentidos da Educação.

Nesse sentido, é preciso revisitar os clássicos², sendo que eles permanecem como referências para as gerações seguintes, para, assim, compreender a Educação e a escola instituída hodiernamente, na modernidade. Este estudo caracteriza-se como um artigo teórico, cujo objetivo está direcionado a pôr em questão a Educação e a escola, localizadas em meio a um *corpus* social fortemente marcado pelo neoliberalismo e, ainda para mais, no centro de uma das maiores crises sanitárias vivenciadas na modernidade, a COVID-19.

Para a consolidação, foram utilizados escritos primários e secundários que tangem à discussão, sendo produções que abordam e aproximam-se dos estudos em Educação, de modo a realizar uma articulação entre as condições vivenciadas contemporaneamente e o ideal de Educação e escola concebido pelos gregos no período clássico. Para tanto, houve o

¹ Adota-se, neste texto, a palavra Educação com inicial maiúscula.

² Segundo Saviani e Duarte (2021), a noção de clássico refere-se à ideia de algo que é referência para os demais, ao que resistiu ao tempo, tendo validade que ultrapassa o momento em que foi formulado, isto é, extrapolando a época em que foram criados como resultantes da atividade humana. Logo, é algo atemporal.

fichamento desses escritos, o que permitiu a escrita deste artigo a partir dos seguintes autores: Coêlho (2009; 2012), Marrou (2017); Cambi (1999); Thiesen (2021); Fernandes (2012; 2016); Frigotto (1989; 2010); Harvey (2008); Saviani (2019); Laval (2019), entre outros expoentes da área. Tais esforços possibilitaram pôr questões, a partir da reflexão filosófica, com vistas ao rompimento do aparente para, assim, atingir a essência dos fenômenos em tela.

Educação e escola: sentidos e finalidades a partir do pensamento grego clássico

Conhecer a gênese do pensamento educacional ocidental, que se funda no ideal de Educação e formação da sociedade grega clássica, é algo indispensável para pensá-la na atualidade. No entanto, não como uma fórmula ou padrão a ser seguido, mas como um exercício de reflexão crítica de como o homem moderno pensa, concebe e faz a Educação. Logo, a “antiguidade – sobretudo grega - é o armazém dos modelos originários da formação social e humana, dos quadros culturais dessa formação e dos princípios que a regulam (a etnia, o dualismo social, a razão, a linguagem como domínio)” (CAMBI, 1999, p. 54).

Em vista disso, a história da Educação humana contou com a contribuição revolucionária, à época, da concepção grega de formação humana, uma concepção particularmente fundada no contato com o universal e o coletivo, isto é, a Educação entendida como *paideia*³. Para tal fim, o legado grego permitiu a apreensão das formas e do exercício do pensamento, da oratória, da retórica, do cálculo, da poesia, da literatura, da ginástica, da importância da cultura e da Educação como ampla experiência formativa do homem.

Nesse sentido, o recuo à Grécia Antiga possibilita a chegada à gênese da formação humana, pois “o mundo clássico é a terra de origem de uma cultura, a nossa, a ocidental” (CAMBI, 1999, p. 53), e isso é válido para a Educação, por permitir o retorno a valores fundamentais para a humanização do humano, tão necessários para repensar a lógica neoliberal que pauta as relações humanas na desumanização do homem e nos princípios da coisificação do *ser* e da razão como instrumento de dominação, ou seja, princípios que

³ De acordo com Chauí (2002), *paideia* significa ação de educar, educação, cultura, dito com outras palavras, *paideia* é “educar uma criança, instruir, formar, dar formação, dar educação, ensinar valores, os ofícios, as técnicas, transmitir ideais e valores para formar o espírito e o caráter” (CHAUI, 2002, p. 507).

distanciam o indivíduo da emancipação e, por sua vez, constituem a racionalidade instrumental vigente na atualidade (HORKHEIMER, 2002).

Destarte, os clássicos conduzem a esse reencontro com o humano, com o espiritual e com a cultura. É necessário refletir sobre a contribuição da *paideia* para essa compreensão da Educação, da formação humana como um dever coletivo. Com isso, é importante entender que,

acima de tudo, porém, a pedagogia clássica interessa-se pelo homem em si, não pelo técnico apto a desempenhar uma tarefa particular. É nisto, talvez, que ela mais flagrantemente se opõe à educação do nosso tempo, coagida a formar, primordialmente, especialistas, atendendo aos reclamos de uma civilização notavelmente diferenciada e dotada de uma técnica assoberbante. [...] o pensamento antigo se negou, deliberadamente, a avançar na via em que a civilização moderna tão cegamente se lançou. [...] o pensamento antigo [...] aspira a formar o homem em si, o homem apto a exercer, ulteriormente, qualquer tarefa, mas que não se restrinja, por antecipação, a uma especialização determinada (MARROU, 2017, p. 368).

Posto isto, compreende-se que a Educação antecede a escolarização, ou seja, “é a educação a origem e o princípio da escola e não vice-versa” (FERNANDES, 2012, p. 33). Nesse sentido, a escola tem suas raízes no grego *skholé* “o tempo livre, a liberdade criativa, o que, vulgarmente, chama-se de ócio” (FERNANDES, 2012, p. 33). E é essa liberdade criativa que forma a humanidade, na sua essência ontológica.

Por conseguinte, ao pensar a sociedade atual e, conseqüentemente, a Educação e a escola que estão postas, é evidente a influência dos interesses de cunho econômico nas práticas de ambas. Para Coêlho (2012), estamos diante de uma escola objetivada como empresa e/ou local de negócios, e não mais a *Skholé*, antes assumida pelos gregos. Diante dessa racionalidade eminentemente instrumental, na qual o tempo presente se encontra inserido, é perceptível um sistema massificador, modelador da sociedade, da instituição social, bem como da escola. Mediante as influências pragmáticas, a escola está passando por uma modificação ao longo do tempo, levada pelo contexto social que lhe imputa estímulos voltados a uma Educação orientada pelo binômio qualidade/eficiência.

Nessa perspectiva, Fernandes (2016) aponta para o fato de que as coisas foram se tornando objetos de manipulação, os sujeitos se objetificaram e participaram ativamente da

produção técnica da sociedade para reajustes econômicos, influenciando os direitos sociais e individuais dos indivíduos, inclusive o direito à Educação. *A priori*, fica evidente que um dos sentidos da escola é pensar metodologias que reconheçam o sujeito pelo que ele é, e não pelo o que lhe é moldado institucionalmente.

Para isso, o sentido da Educação, em sua totalidade, deve buscar a conscientização dos sujeitos contra a reprodução técnica, fragmentada, instável e não natural. Segundo Severino (2006), a Educação como prática histórico-social não deve se respaldar de forma técnica, manipulável a ponto de levar os sujeitos a acreditar em um mundo justo, mascarando a individualidade ao egoísmo do sujeito. Assim, a Educação é um dos meios de influência dos sentidos para a chegada do sujeito crítico e questionador.

Posto isto, é possível vislumbrar — ainda que de forma introdutória — os caminhos tomados pela Educação e pela escola, haja vista que se moldam aos objetivos do capitalismo, do conhecimento científico e técnico, de modo que os sentidos originais defendidos pelos gregos clássicos se transformam fundamentalmente. Na prática, a Educação se institucionaliza e passa a se resumir a uma instituição, a escola, e essa instituição, por sua vez, inicia um trabalhoso esforço para formar sujeitos alinhados à ideologia capitalista, ou seja, para formar uma mão-de-obra subjugada e alienada para a manutenção do capital burguês (COELHO, 2012; ALMEIDA, 2013).

O papel do Neoliberalismo no empresariamento educacional

A Educação, fundamentalmente, tem a intencionalidade da formação universal do homem, por meio da produção, transmissão e transformação do conhecimento produzido e acumulado pela humanidade às novas gerações ao longo do seu desenvolvimento histórico. Esse movimento, em verdade, ocorre pela mediação realizada pelas instituições sociais, dentre elas a escola. No entanto, com o advento da modernidade, rompe-se com os sentidos originais de Educação e escola que os ocidentais herdaram da sociedade grega e do seu ideal de *paideía*, posto que eles foram direcionados a reforçar, fomentar e privilegiar as dimensões de cunho econômico, empresarial, da racionalidade técnica e instrumental, em que a finalidade da Educação e da escola não deve ser a formação humana em sentido amplo, mas o treino e o adestramento do conhecimento e do pensamento para o saber fazer. Em outras palavras, REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

assumem uma finalidade na qual o pensar não se sobressai e, tampouco, existe (COÊLHO, 2012).

Hodiernamente, a Educação e a escola assumem e incorporam, nos seus ideais e concepções pedagógicas, uma formação que seja predominantemente instrumental, pragmática e aligeirada, a fim de formar sujeitos que se orientem pela lógica da eficiência, da competência e da habilidade, e que, conseqüentemente, atendam às demandas e à necessidade do capital para reproduzi-las sem questionamentos. Logo, mantêm-se os ideais da sociabilidade burguesa e as contradições advindas da luta de classe são anuladas, de modo que, nesse movimento, garante-se a manutenção da burguesia. Em verdade, os novos sentidos e finalidades atribuídos à Educação hoje podem ser compreendidos como frutos de um novo pensamento econômico-político hegemônico, ou seja, do neoliberalismo.

Chauí (2001) lança luzes ao termo neoliberalismo, de modo que o mesmo diz respeito à economia política que foi proposta por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, em 1947, na Suíça, sendo eles, adversários ao surgimento do Estado de Bem-Estar de estilo *keynesiano*, bem como à política norte-americana do *New Deal*. O eixo estruturante da economia política do Estado de Bem-Estar social tinha como características três núcleos centrais, a saber

1) fordismo na produção, isto é, grandes plantas industriais realizavam a atividade econômica, desde a produção de matérias-primas até sua distribuição no mercado de meios de consumo, controlando por meio do planejamento e da chamada ‘gerência científica’ a organização do trabalho, a produção de grandes estoques e a formação dos preços; 2) inclusão crescente dos indivíduos no mercado de trabalho, orientando-se pela idéia de pleno emprego; 3) monopólios e oligopólios que, embora transnacionais ou multinacionais, tinha como referência reguladora o Estado nacional (CHAUÍ, 2014, p. 311).

Dardot e Laval (2016) trazem o século XIX como o período inaugural do processo de neoliberalização, em que ainda imperava o liberalismo e seus princípios voltados ao livre mercado, à baixa intervenção estatal e à liberdade da propriedade privada. Nesse período, alguns episódios marcaram a história, — haja vista que o poder estava sob a guarda dos grandes empresários — tais como a queda da fé no desenvolvimento das técnicas de mercado,

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

bem como o fato de os políticos serem invisibilizados pelo empresariado, porquanto estes detinham o poder. Essa movimentação se estende da Primeira Guerra Mundial ao entre guerras, em todos os países industrializados na Europa.

Nesse contexto, o liberalismo, entre 1880-1930, vivia um estado de crise, em que sua velha estrutura se corroía dia após dia com a influência do ideário reformista e as crescentes insatisfações com o modelo posto, sobretudo, pela ampliação das desigualdades sociais que emergiram no pós-guerra. Nesse sentido, o liberalismo se torna palco da virada para uma reinvenção de si mesmo, onde a concorrência entre indivíduos — ou melhor dizendo, empresas de si mesmos — é basilar. As consequências foram nefastas: o Estado se omitiu diante das necessidades básicas do homem, atuando como uma empresa, ao passo que também se tornou impulsionador da concorrência; as jornadas de trabalho foram ampliadas e os trabalhos se tornaram desumanizantes, enfim, o foco estava nas liberdades individuais⁴ e do mercado, que privilegiava os direitos dos consumidores. Além da privatização das empresas governamentais, houve a abertura dos mercados para o mundo, ampliação e intensificação da produtividade, substituindo a qualidade pela quantidade (DARDOT; LAVAL, 2016; HARVEY, 2005).

Essas ideias políticas e econômicas dão as bases para a ascensão e ampliação da ideologia neoliberal, na primeira metade do século XX, que trouxe consigo a concorrência, citada acima, como princípio fundante da vida social e individual. Esse processo — que não é visto como natural — é tratado de forma política e histórica, um produto artificial do homem, que fez com que o mesmo se adaptasse a essa “nova” ordem econômica, cruel e concorrencial, até a atualidade. Na nova ordem do mundo, sobressai-se o homem empresarial (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em consonância, Saviani (2019) afirma que, em 1989, ocorreu uma reunião no *International Institute for Economy*, promovida por John Williamson, que ficou conhecida como o Consenso de Washington, a qual teve como objetivo discutir as reformas consideradas

⁴ Mas não simplesmente no sentido de escolhas de preferências, mas sim no que diz respeito aos indivíduos se tornarem livres para serem empreendedores de si mesmos, empresas em si. Em outras palavras, a liberdade individual é “compreendida como a faculdade dada aos indivíduos de criar para si mesmos um domínio protegido (a ‘propriedade’)” (DADOT; LAVAL, 2016, p. 377, grifos dos autores).

necessárias para a América Latina, isto é, as reformas sugeridas, que, por sua vez, foram feitas pelos principais organismos internacionais e intelectuais que trabalhavam em influentes institutos de economia. Na verdade, os “‘intelectuais orgânicos’ do neoliberalismo [...] tiveram um papel-chave na naturalização dessas práticas, em sua neutralização ideológica e, por fim, em sua implantação prática” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 224, grifos dos autores). A publicação dos resultados dessa reunião ocorreu apenas em 1990.

Para a América Latina, esse consenso acarretou, por exemplo, o início do processo de reformas estatais — reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias — que tiveram como resultado o equilíbrio fiscal, por meio do corte nos gastos públicos nesse seguimento. Nesse sentido reformista, a partir dos anos de 1990, o Brasil também passa a ser impactado por novas ideias pedagógicas, haja vista que

passa-se a assumir no próprio discurso o fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso se advoga, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado (SAVIANI, 2019, p. 428).

Nessa perspectiva, elucida-se que o grande êxito do neoliberalismo está em sua capacidade de inserção em instituições sociais capazes de mobilizar o modo de viver e de pensar da sociedade, como a escola, a título de exemplo. Desse modo, a escola passa a ser um dos objetivos do neoliberalismo, posto que estabelece como foco o mercado e a delegação dos seus objetivos doutrinários no processo de ensino e aprendizagem, como maneira de estimular a conformidade das massas frente aos princípios do mercado e da privatização.

Teoria do Capital Humano e o empresariamento da Educação

Com a ascensão da doutrina econômica neoliberal, a partir do final do século passado, os interesses em torno da Educação ganharam novos contornos - haja vista que a Educação é um campo de disputas e interesses antagônicos dentro da própria classe dominante, ou seja, no interior da burguesia - tendo como influência hegemônica um novo

ideário pedagógico, marcadamente neotecnista⁵ e neoliberal, correspondente ao movimento de transformação política e econômica que passa a ser vivenciado a partir do contexto anteriormente mencionado.

Nesse sentido, a teoria do capital humano foi criada e desenvolvida depois da Segunda Guerra mundial, no contexto conhecido como era de ouro do capitalismo, período que fomentava o pleno emprego. Essa teoria explica as relações de desenvolvimento e subdesenvolvimento entre os países, e tem como principal representante de criação, nos anos de 1950, Theodoro Schultz, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia, em 1968 (SAVIANI, 2019; FRIGOTTO, 1989; 2010).

Na prática, os fundamentos dessa teoria sinalizam para a concepção de que a função da Educação é a de formar sujeitos para a atuação num mercado de trabalho que estava em ampla expansão e que, por sua vez, exigia que a força de trabalho estivesse adestrada. Em outras palavras, homens e mulheres deveriam ser formados (instrumentalizados) para tal finalidade específica, que era atender as demandas do capital. Portanto, caberia à escola formar a mão de obra que o mercado iria absorver, assegurando, assim, a competitividade empresarial e o aumento da riqueza social e da renda individual (SAVIANI, 2019). Assim, o conceito de capital humano pode ser compreendido no âmbito do coletivo ou do particular. O primeiro se refere ao total de investimento que um país executa no campo educacional; o segundo, ao autoinvestimento que os indivíduos fazem. Apesar das classificações, ambos têm a intenção de retorno financeiro em decorrência desses investimentos educacionais.

No contexto brasileiro, essa teoria foi utilizada inicialmente no campo da economia, para fundamentar as teorias do desenvolvimento e da equalização social, no decurso do milagre econômico entre os anos de 1968 a 1973, resultando em uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB), da industrialização e da baixa na inflação. No aspecto educacional, ela preconiza que “é da educação ser produtora de capacidade de trabalho” (FRIGOTTO, 2010, p. 44-45). Dito de outra forma, essa teoria analisa a ligação entre os avanços educacionais e o

⁵ Segundo Saviani (2019), com o neotecnismo se tem a redefinição do papel tanto do Estado como das escolas, bem como se flexibiliza e controla o processo, e se desloca dele para os resultados. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficiência e a produtividade. Por conseguinte, a avaliação se converte no papel principal a ser exercido pelo Estado, seja mediatamente, pela criação das agências reguladoras, seja diretamente, como vem ocorrendo no caso da educação.

desenvolvimento econômico de uma nação (FRIGOTTO, 1989). Nesse sentido, concebe-se a Educação como sendo um elemento fundamental para a teoria do capital humano, por ser compreendida como capaz de produzir trabalhadores. É por isso que o capital investe nela, assim como faz com outros investimentos que possuem potencial lucrativo.

Especificamente nos anos de 1970, a sociedade capitalista entra em crise e, nesse contexto, os processos produtivos do capital foram reestruturados, o que permitiu que seu ciclo produtivo fosse recuperado, assim como que a produtividade fosse ampliada e o valor das mercadorias fosse reduzido. Como consequência, ocorreu um inchaço de novos produtos no mercado e o acirramento da competição internacional (LAZZARESCHI, 2007). Mediante essas consequências, o neoliberalismo lança as bases para o desenvolvimento do modelo de produção japonês alcunhado de *toyotismo*. Esse paradigma sucedeu o fordismo/taylorismo e se fundamenta na concepção de produção flexível e sob demanda, formação dos trabalhadores, trabalho em equipe e na polivalência do trabalhador dentro do processo produtivo, isto é, maior produção com menor número de mão-de-obra (ANTUNES, 2009).

Todavia, a importância da escola para o processo econômico-produtivo se manteve. No entanto, a teoria do capital humano sofreu alterações. Inicialmente, essa teoria era orientada para uma perspectiva lógica, fomentada pelo Estado e destinada ao preparo de mão-de-obra que assegurassem o pleno emprego. Em síntese, fundava-se em demandas coletivas, “tais como o crescimento econômico do país, a riqueza social, a competitividade das empresas e o incremento dos rendimentos dos trabalhadores” (SAVIANI, 2019, p. 429). Contudo, a partir de 1990, o neoliberalismo estava em ampla ascensão, tal como as políticas públicas educacionais nesse viés. Assim sendo, o foco antigo da teoria do capital humano se transformou, visto que passa a prevalecer a lógica de atendimento às aspirações e aos interesses privados. Isto significa dizer que o sucesso ou fracasso de uma pessoa foi transferido para uma realidade em que o interesse particular se sobressai, isto é, cada indivíduo deve adquirir um conjunto de habilidades e competências, no mercado educacional, que lhe permita conseguir a melhor posição no mercado de trabalho.

Saviani (2019, p. 430) caracteriza essa postura como a “conquista de *status* de empregabilidade”, ainda que esse *status* não garanta o emprego, afinal não há emprego para todos nessa atual conjuntura do capital, e isso cria um vasto número populacional de

excluídos. Essa lógica é nitidamente identificada na atual Base Nacional Comum Curricular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), bem como na Base Nacional Comum para formação de professores. Logo, “a educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis” (SAVIANI, 2019, p. 430).

Mediante o exposto, é preciso enfatizar que as influências advindas da manifestação do neoliberalismo na Educação já são perceptíveis, basta se abastecer de uma perspectiva crítica. Fazendo esse exercício de forma bastante simples e tomando como fonte de análise o linguajar frequentemente empregado no cotidiano, por exemplo, já é possível apreender a intervenção do discurso neoliberal. A esse respeito, podem-se citar expressões populares hoje, como: “seja você um empreendedor”; “seja o seu próprio chefe”; “seja flexível”; “escolha as suas disciplinas, monte você o seu curriculum”, “educação 4.0”. No entanto, esse discurso atinge outras esferas também, como as ações desenvolvidas na atividade educativa, de modo que a orientação passa a ser no sentido de alcançar resultados, o que culmina em um negligenciamento do processo formativo, bem como no reforço do pensamento voltado para a instrumentalidade e, por fim, no transporte de práticas competitivas do mercado, tal como a concorrência empresarial, para as instituições.

Neoliberalismo na Educação: a escola empresarial

Um mercado promissor, é assim que Laval (2019) descreve a escola moderna que, substancialmente, está sob o domínio do neoliberalismo — uma face nefasta do capitalismo — responsável pela alteração do *modus operandi* do capital, a partir dos anos de 1970, com a expansão mundial dos princípios capitalistas e a desenfreada acumulação de capital, aspectos estes escamoteados pelo discurso neoliberal característico, que prega a liberdade de comércio e o crescimento econômico. Como pano de fundo desse movimento, emerge a exploração explícita da classe proletária e a ampliação exponencial das desigualdades sociais e econômicas.

Alicerçando-se nas discussões anteriores sobre a temática referente ao neoliberalismo e suas características, emergem inúmeros questionamentos para este estudo, mas, REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

particularmente, coloca-se em questão a aspiração de entender como as ideias neoliberais perversas têm engendrado condições para se inserir tão fácil e sutilmente na sociedade (HARVEY, 2008). Partindo desta dúvida central, o autor elucida que foram diversos os canais — universidades, igrejas, associações profissionais etc. — para essa virada neoliberal, porém é na escola que os valores culturais e formativos se formam e é, portanto, nessa instituição que a *doxa*⁶ neoliberalista encontra as brechas necessárias (entre tantas outras) para se inserir na sociedade civil hodierna. No entendimento de Harvey (2008),

a ‘longa marcha’ das idéias (*sic*) neoliberais nessas instituições [...], a organização de bancos de idéias (*sic*) (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar -tudo isso criou um clima de opinião favorável neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e, em última análise, o poder do Estado (HARVEY, 2008, p. 50, grifos do autor).

Fato é que, com a progressiva influência do neoliberalismo e dos princípios *toyotistas*, a sociedade ingressa em uma realidade em que, entre tantas outras consequências, passa-se a advogar em favor da formação para o trabalho. Nesse sentido, a intervenção mais explícita dos interesses econômicos nas políticas educacionais brasileiras iniciou-se com a participação expressiva do Banco Mundial e da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no processo de angariação de fundos privados para o financiamento da Educação dos países mais pobres, inclusive o Brasil, bem como por intermédio de acordos com o Ministério da Educação (MEC) (ALVES, 2011). Essas intervenções de organismos externos à escola, aliadas a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, na cidade de Jomtien, deram bases para o limiar de novas finalidades educativas, sendo a “educação para satisfação de necessidades básicas, atenção ao desenvolvimento humano, educação para o mercado de trabalho e educação para a sociabilidade e convivência”, conforme delineamentos de Libâneo (2018, p. 48).

⁶ Para Chauí (2002, p. 499), a *doxa* significa “opinião, crença, reputação (isto é, boa ou má opinião sobre alguém), suposição, conjectura”.

Todas essas finalidades atribuídas à escola, no final do século XX, apresentam vinculação direta com o modelo de racionalidade econômica resguardado pelo neoliberalismo e que, como resultado, “incide de modo direto ou indireto no planejamento das políticas educacionais, na legislação educacional, no currículo, nas formas de organização e gestão da escola, nos procedimentos pedagógico-didáticos” (LIBÂNEO, 2018, p. 49). Nesse propósito, a Educação brasileira passa a ser pensada a partir dos pressupostos da nova ordem neoliberal, ocorrência que traz consequências, como a adaptação de toda a estrutura social às leis de mercado, ou seja, converter o Estado em “Estado-mínimo, desenvolver a economia, fazer a reforma educacional e aumentar o poder da iniciativa privada transnacional” (MARRACH, 1996, p. 03).

Nesse sentido, ao ser influenciada por instituições como a Unesco e o Banco Mundial, na prática, a Educação passa a se distanciar e até mesmo restringir o desenvolvimento humano, bem como a justiça social na escola. A escola, no contexto neoliberal, orienta-se pela maneira de gestão aplicada no meio empresarial, sendo reforçada nas instituições educativas pela influência dos organismos multilaterais nas políticas públicas mais gerais (econômicas) e também nas específicas (educacionais). Um exemplo disso é a necessidade de a escola apresentar resultados, tal e qual uma empresa, sobretudo, por intermédio dos resultados das avaliações externas que, por sua vez, acabam gerenciando as práticas escolares, o trabalho dos professores e ainda, por fim, responsabilizando-os pelos resultados (LIBÂNEO, 2018).

Nessa lógica, delinea-se a tendência da escola neoliberal, um “modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (LAVAL, 2019, p. 23). Assim, o saber/conhecimento passa a ser vislumbrado como um negócio capaz de atrair capital e, portanto, torna-se algo rentável para o empresariado interessado em produzir capital humano, uma vez que contribui diretamente para a formação de mão-de-obra e, por sua vez, para a acumulação do capital e para a manutenção do sistema de exploração vigente. Nesse movimento, o sentido da escola se transforma profundamente, uma vez que seu antigo *status* de local destinado à “assimilação e convívio com grandes narrativas onde se moldam caracteres estáveis para situações sociais bem definidas” mais se

aproxima agora de um “local de formação de caracteres adaptáveis às variações existenciais e profissionais em incessante movimento” (LAVAL, 2019, p. 56-57).

Em se tratando do contexto nacional, Laval (2019) avalia que o Brasil é um país onde a Educação é muito mais “neoliberalizada” do que a França e outros países onde o neoliberalismo possui domínios. Isso se dá, sobretudo, pelas altas taxas de privatização educacional em solo brasileiro, em todos os níveis, etapas e modalidades. Assim, “podemos dizer até que o Brasil chegou antes do que outros países ao estágio do ‘capitalismo escolar e universitário’, caracterizado pela intervenção direta e maciça do capital no ensino” (LAVAL, 2019, p. 18, grifos do autor). Exemplificando tal colocação, o autor cita a empresa educacional, de rede privada, Kroton⁷ que, até o momento de escrita de sua obra, somava cerca de 1,5 milhão de estudantes advindos dos mais diversos níveis, etapas e modalidades da Educação.

Nessa conjuntura, o autor enfatiza que a escola se funda como uma instituição portadora de mutações, visto que a onda neoliberal se infiltrou profundamente no interior (nas práticas escolares), mas também no exterior da escola, por intermédio das políticas públicas e da sociedade civil. À vista disso, pode-se dizer que

essa mutação da escola não é fruto de uma espécie de complô, mas de uma construção muito eficaz, na medida em que não é possível identificar facilmente uma ou várias instâncias responsáveis por ela, o processo é difuso, tem múltiplas plataformas nacionais e internacionais cuja ligação não é clara à primeira vista, utiliza em geral vias técnicas e se apresenta com frequência com as melhores intenções “éticas” (LAVAL, 2019, p. 25, grifos do autor).

Retomando uma afirmação anterior, advoga-se novamente no sentido de que é preciso se munir das lentes do conhecimento para que essas ligações e vinculações neoliberais

⁷ “A Kroton Educacional é uma das maiores organizações educacionais privadas do Brasil e do mundo, com uma trajetória de mais de 45 anos na prestação de serviços no Ensino Básico e de mais de 10 anos no Ensino Superior. Em 2010, a Kroton adquiriu o Grupo IUNI Educacional, instituição que também atuava na graduação e pós-graduação presencial; em 2011, o destaque foi a aquisição da Universidade Norte do Paraná (Unopar), a maior instituição de Educação à Distância do país. Para coroar esse ritmo intenso de aquisições, em 2013, a Kroton realizou o maior movimento de sua história: anunciou a fusão com a Anhanguera e, com isso, consolidou a sua liderança tanto no ensino Presencial como na Educação a Distância” (KROTON, 2022). KROTON. **Kroton Educacional**, c2022. *Perfil Corporativo*. Disponível em: < <https://www.kroton.com.br/> >. Acesso em: 10 abr. 2022.

às práticas escolares sejam desvendadas e, por fim, expostas e eliminadas. No entanto, quando se pensa a formação utilitarista, fundada no princípio da eficiência, do espírito empreendedor e do atendimento à clientela, estando destinada aos alunos, logo os desafios são observados para que a alienação seja superada e os nexos compreendidos. Para mais, é preciso lembrar que

globalmente, a escola existe no interior de uma economia de mercado na qual as empresas mais poderosas veem os jovens como “alvo” comercial que pode ser atingido por meio de estratégias específicas – em particular pela mídia –, estratégias que consistem em transformar desde a primeira infância os cérebros ainda inexperientes em consumidores de mercadorias cada vez mais numerosas e variadas (LAVAL, 2019, p. 144, grifos do autor).

Nessa perspectiva, os alunos — agora clientes — caracterizam-se como massa de manobra para o projeto empresarial de sociedade almejado e reforçado pelo neoliberalismo. Essa visão, como não poderia deixar de ser, instala-se primeiro nas políticas públicas e, a *posteriori*, passa a gerenciar a formação dos alunos no interior das escolas, a fim de alcançar os objetivos fundantes dessa ordem: formar mão-de-obra para a manutenção da ordem vigente, sobretudo a dos indivíduos sem condições de se posicionarem criticamente, mas que são portadores de um posicionamento profundamente conformista diante da situação ascendente.

Em última análise, é preciso mencionar que a escola neoliberal ainda não está plenamente concretizada, porém o projeto para sua consumação está se ampliando a passos largos (LAVAL, 2019). Nesse projeto, os pais se caracterizam como consumidores, os alunos como clientes, os professores e diretores como ferramentas, sem autonomia, responsáveis por planejar e executar o projeto de reforma (mutação) da escola para o paradigma neoliberal.

Em consonância a isso, Dávila (2020) sinaliza que na sociedade neoliberal se educa para a destruição e o arrasamento da condição humana desde as suas raízes culturais mais elementares. Por fim, o autor contribui com um questionamento: como superar tal cenário? Para ele, esta resposta é muito delicada, porém, certamente, a chave está na virada do sentido atual da escola, isto é, dedicar a Educação ao ensino da leitura, da escrita, da contagem, da lógica, da música, da arte e — acrescenta-se — do movimento do pensamento, do questionamento, da reflexão e da visão crítica. Todavia, esse movimento deve ser amplo e

atingir não somente crianças e jovens, mas também os professores e os espaços de formação docente.

Pandemia e o neoliberalismo: pensando a contemporaneidade

Tendo como foco o estado pandêmico atual, observa-se que a realidade apresentada pelo neoliberalismo tende a se ampliar no tempo presente, visto que a pandemia originada em 2020, ainda hoje, permanece em curso. Em contextualização, a pandemia se trata da COVID-19, ocasionada por uma nova forma de Coronavírus que acomete o sistema respiratório e, conseqüentemente, nos casos mais graves, leva o paciente a óbito em algumas horas. Como forma de controle da disseminação deste vírus, os órgãos internacionais de saúde passaram a recomendar o isolamento social, ocorrência que, conseqüentemente, incidiu sobre a escola.

As profundas mudanças no papel da Educação e da escola, já vislumbradas no início da modernidade, reforçam-se no presente, uma vez que a pandemia inaugura uma nova forma de mediar a aprendizagem: o ensino remoto. Este foi um recurso emergencial e improvisado encontrado pelo Estado para “manter a máquina escolar funcionando sem interrupções” (THIESEN, 2021, p. 58).

No formato de ensino remoto, “a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações” (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 09). Entretanto, essa tentativa de democratizar o ensino em tempos de pandemia, por vezes, se mostra insuficiente, uma vez que “a universalização da educação passa a ser uma condição difícil de ser alcançada visto que muitos não possuem acesso à rede de internet e, quando o possuem, o computador, o celular, o smartphone é de uso comum/coletivo” (PONTES; ROSTAS, 2020, p. 282). Tais desafios, por sua vez, têm exacerbado as desigualdades entre os que possuem acesso à internet e aqueles excluídos desse movimento.

De fato, durante a pandemia tem ocorrido uma urgência em manter a escola e seus movimentos formativos em funcionamento, independente dos métodos e formatos assumidos para que isso ocorra. Contudo, a clareza de tais determinações, por vezes, fica escamoteada,

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

principalmente pela habitual ideologia neoliberal, que se faz muito presente neste momento, em que se naturaliza o não natural, com o intuito de passar o falso sentimento de normalidade e, por consequência, conformar os sujeitos.

Desse modo, é preciso realizar o movimento feito por Thiesen (2021) e questionar as razões para esses comportamentos em um período demarcado, principalmente, por luto e sofrimento. Dessa forma, o autor chegou à conclusão que,

entre os interesses desses grupos estão a possibilidade de fazer avançar ainda mais rapidamente projetos que alinhem a educação aos interesses do mercado; a possibilidade de consolidação da educação a distância; a oportunidade para modernização associada a redução de custos; a substituição do trabalho docente por recursos tecnológicos; o monitoramento sobre processos e resultados escolares e a manutenção de certo controle sobre rotinas de vida de estudantes e suas famílias (THIESEN, 2021, p. 62).

O foco do processo educativo praticado durante a pandemia se distancia fundamentalmente da finalidade original da Educação, fundada na noção de *paideia*, uma formação que possuía como primazia o movimento do pensamento, e da escola, como *locus* de inserção rigorosa e crítica do estudante no mundo do saber genuíno (COELHO, 2012). Portanto, Educação e escola se afastaram da crítica e da reflexão e, com maior ênfase, aproximaram-se dos princípios do mundo do trabalho, reforçando o poder dos interesses capitalistas sobre a escola, bem como negando as finalidades clássicas de Educação e escola.

Em vista disso, é preciso o movimento de busca de um novo pensamento diante do mundo que se inaugura, caracterizado pela técnica e a hegemonia econômica. Em outras palavras, buscar um agir que não priorize a materialização das coisas, mas, sim, todo processo de humanização do ser humano. Por consequência, esse novo agir também deve ser pensado e realizado na escola, de modo que sejam resgatados os seus sentidos primordiais, ou seja, a formação humana em caráter amplo. Longe desses propósitos, Educação e escola continuarão submissas às necessidades e preocupações externas à escola e negando fundamentalmente a sua gênese (COELHO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

Este estudo se propôs a responder certas inquietudes, tais como: a) a Educação na sociedade burguesa vai na contramão do ideal de formação emancipatória, no sentido de *paideía*? b) as teorias que surgem no âmbito da economia são transplantadas para o campo educacional, para reforçar os ideais do capital e negar a genuína formação humana? c) quais os impactos de uma formação em que o ideal de Educação emancipatório e revolucionário é substituído pela racionalidade advinda da lógica econômica? d) como uma teoria que surge nos anos 1950, se transforma com as crises do capital, consegue, ainda em 2022, exercer tamanha influência no conjunto de políticas para a Educação e no próprio conceito de Educação contemporâneo?

Acredita-se que esta produção teórica alcançou minimamente seu objetivo, visto que conseguiu chegar a tais reflexões, de modo a compreender os impactos das crises do capital no sentido e nas finalidades da Educação e da escola, no atual momento histórico. Isso se mostra importante, haja vista que, como já afirmava Marx (2008, p. 47) “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”, ou seja, os fatores econômicos e produtivos de uma determinada sociedade são basilares para se compreender como os homens garantem a sua existência, qual concepção de homem e de mundo eles possuem e, conseqüentemente, pode-se compreender como tal sociedade concebe as suas instituições e qual sentido se atribui a elas na articulação dos elementos que compõem a sua totalidade.

Ademais, fica evidente que a busca pela análise da Educação como vocação ontológica do homem, a partir de processos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos são fundantes para pensar os posicionamentos que estão sendo reproduzidos no sentido de técnica de formação de indivíduos que seguem uma linearidade em prol do sistema capitalista. Nesse sentido, as reflexões apontam para uma realidade complexa em que temáticas, como Educação e escola, na modernidade, bem como no período pandêmico, se revestem de novos propósitos. Portanto, a partir das reflexões advindas deste artigo, percebe-se que, ao dialogar sobre a Educação e a escola, é preciso compreender o sentido da existência das mesmas, pensando-as juntamente com suas práticas, para que não se perca de vista sua razão de ser.

Entende-se, desse modo, que, por ora, os sentidos e a finalidades da escola foram negados, sobretudo pelo Estado que concebe a Educação como uma mercadoria e uma maneira privilegiada de impor regras e normas da sociedade vigente. É por isso que se advoga aqui no sentido de que a Educação precisa de um sentido naquilo que ela faz, no ato de ensinar, para não se perder no pragmatismo, no operacional e nos interesses da produtividade. Quanto a isso, Coêlho (2012) defende uma Educação explorando o saber no mundo da cultura, reafirmando sua humanidade por meio do passado e do presente, em busca de uma sociedade mais justa, em sua totalidade e, por conseguinte, não se respaldando em condições já determinadas e que levam os indivíduos a acreditarem que as condições postas são justas e naturais. Nesse sentido, pôr em questão a realidade é um esforço intelectual necessário para a compreensão dos princípios que fundam o tempo presente e, em decorrência disso, pensar um agir diferente. Longe desse exercício do pensamento, o aparente tende a imperar e, por vezes, naturalizar o que está posto. É nessa perspectiva que este artigo demonstra sua relevância.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Liliane Barros de. **A gênese do ensino superior e o sentido da formação**. 2013. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. Neoliberalismo e educação: Uma década de intervenção do Banco Mundial nas políticas públicas no Brasil (2000-2010). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894657_ARQUIVO_artigoNEOLIBERALISMOEEDUCACAO.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editora, 2009.

CAMBI, Franco. Características da educação antiga. In: CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed., v.1, rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

COELHO, Ildeu Moreira. Filosofia, educação, cultura e formação: uma introdução. In: COELHO, Ildeu Moreira (Org). **Educação, cultura e formação**: o olhar da filosofia. 1. ed. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2009.

COELHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da Escola? In: COELHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2012. Cap. 3, p.59-86.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Tradução Mariana Echalar São Paulo: Boitempo, 2016.

DÁVILA, Jorge. ¿Para qué se educa en la sociedad neoliberal? **Revista Inter Ação**, v. 45, n. 1, p. 41-48, 2020.

FERNANDES, Marcos Aurélio. Skholé: o sentido fundante da escola. In: COELHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2012. Cap. 2.

FERNANDES, Marcos Aurélio. Técnica, pensamento, paideia – uma meditação cairológica. In: COELHO, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia Magalhães (Org.). **Universidade, cultura, saber e formação**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 3ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Loyola, 2008.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo:Centauro, 2002.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou emprego?** São Paulo: Paulus, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida M. M. (Orgs.). Políticas educacionais neoliberais e a escola pública: uma qualidade restrita de educação. Goiânia: **Espaço Acadêmico**, 2018. p. 45-88.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2d. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na Antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casanova. Campinas, SP: Kíron, 2017.

MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, 13 maio 2020.

PONTES, Fernanda Rodrigues; ROSTAS, Marcia Helena Sauer Guimarães. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, v. 18, especial 2020, p.278-300. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/download/1923/1597>. Acesso em: 05 set. 2021.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho digital e educação no Brasil. In: ANTUNES, R. et al (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento Escolar e Luta de Classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje**. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 289-320, 2006.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202214

THIESEN, Juares da Silva. Escola, currículo e conhecimentos: sentidos tensionados em contextos da pandemia. **Revista Entreideias**: educação, cultura e sociedade, v. 10, n. 1, 2021. DOI: 10.9771/re.v10i1.37948. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/37948>. Acesso em: 25 ago. 2021.